



LEI N° 656 DE 18 DE SETEMBRO DE 2009

PUBLICADO NO
Entre Rios formal
Em:
19 / 09 / 09

Dispõe sobre a criação de Empregos Públicos Temporários para o Programa CAPS – Centro de Assistência Psicossocial no âmbito da Administração Direta do Município de Comendador Levy Gasparian, e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE COMENDADOR LEVY GASPARIAN DECRETA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º. Ficam criados no âmbito da Administração Direta do Município de Comendador Levy Gasparian, conforme Anexo I – parte integrante desta lei, os Empregos Públicos Temporários de Oficinista de Artes, Ajudante de Cozinha, Médico Psiquiatra, Médico Neurologista, Auxiliar de Enfermagem, Enfermeiro do Programa CAPS – **Centro de Assistência Psicossocial**, os quais serão regidos pela Lei nº 070 de 28 de outubro de 1994, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Comendador Levy Gasparian.

§ 1º. Os Empregos Públicos Temporários criados nos termos deste artigo integrarão quadro específico e distinto, para todos os efeitos legais, do quadro especial de pessoal do Poder Executivo Municipal.

§ 2º. A contratação dos Empregos Públicos Temporários referidos no caput e no Anexo I integrante desta Lei, poderá se dar diretamente pela administração, mediante Processo Seletivo de provas ou de provas e títulos, conforme sua natureza, ou de forma terceirizada nos casos permitidos em Lei.

§ 3º. A contratação dos Empregos Públicos Temporários, após aprovação prévia em Processo Seletivo Público Municipal, obedecerá rigorosamente à ordem de classificação dos aprovados, sendo o referido contrato por tempo indeterminado e só será rescindido nos seguintes casos:

I - prática de falta grave, dentre as enumeradas no art. 125 do Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Comendador Levy Gasparian;



II - acumulação ilegal de cargos, empregos ou funções públicas;

III - insuficiência de desempenho, apurada em procedimento no qual se assegurem pelo menos um recurso hierárquico dotado de efeito suspensivo, que será apreciado em 30 (trinta dias); e

IV - extinção dos programas federais e estaduais implementados mediante convênio ou ajustes similares, que originaram as respectivas contratações.

V – por conveniência e oportunidade da Administração Pública, justificado o interesse público maior, salvo nos casos expressamente vedados por Lei.

§ 4º. Nas hipóteses dos incisos III e V, a rescisão contratual far-se-á nos moldes previstos na Lei Municipal 070 de 28 de outubro de 1994.

§ 5º. A contratação dos Empregos Públicos Temporários criados nesta Lei não gerará estabilidade para seu detentor.

Art. 2º. O Município de Comendador Levy Gasparian encaminhará todos os atos de admissão dos Empregos Públicos Temporários criados nesta Lei, na forma e nos prazos previstos em Lei, para o Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, com vistas ao exame de sua legalidade para fins de registro.

Parágrafo único. Fica vedada qualquer hipótese de desvio de função e de suas finalidades específicas, ficando submetido o detentor de Emprego Público às sanções previstas no Estatuto de Servidores Públicos do Município – Lei nº 070/1994 –, e na hipótese de haver dirigente ou autoridade pública que der causa ao desvio de função e de suas finalidades, responderá subsidiariamente por seus atos na forma da legislação pertinente.



Art. 3º. É vedado submeter ao regime desta Lei:

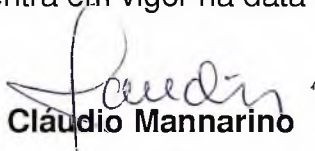
- I - os cargos públicos em comissão;
- II - os cargos ou empregos públicos do Quadro Próprio de Pessoal;
- III - a utilização do regime de emprego público para atividades que não se enquadrem na ação descentralizada que motivou a contratação.

Art. 4º. Os salários previstos para os empregos de que trata o regime desta Lei obedecerão aos valores contidos no Anexo I desta Lei, em função das características da atividade, independentemente dos valores de remuneração ou salariais previstos no quadro permanente de pessoal do Poder Público Municipal, respeitando a aplicação dos tetos máximos previstos no inciso XI, do art. 37, da Constituição Federal.

Parágrafo único - Os vencimentos pagos aos servidores do Programa – **Centro de Assistência Psicossocial** não incidirão no índice percentual de despesa de pessoal.

Art. 5º. As atribuições dos cargos serão obrigatoriamente definidas no edital do respectivo certame.

Art. 6º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.


Cláudio Mannarino
Prefeito



Anexo I

CAPS

Função	Quantidade	Carga horária	Valor
Oficinista de artes	03	40 hs	R\$ 800,00
Ajudante Cozinha	02	40 hs	R\$ 600,00
Médico Psiquiatra	02	20 hs	R\$ 2000,00
Médico Neurologista	01	20 hs	R\$ 2000,00
Auxiliar de Enfermagem	01	40 hs	R\$ 600,00
Enfermeiro	01	40 hs	R\$ 1600,00



Anexo II

CAPS

A Portaria GM/MS n.º 336, de 19 de fevereiro de 2002; Considerando a Lei 10.216, de 06/04/01, que dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental estabelece os Centros de Atenção Psicossocial – CAPS. O Programa não pode ser interrompido e é um Programa remunerado através do Sistema APAC/SIA, sendo incluídos na relação de procedimentos estratégicos do SUS e financiados com recursos do Fundo de Ações Estratégicas e Compensação – FAEC, e o repasse é feito segundo a produtividade. O quadro de funcionários efetivos do município não supre a demanda para a manutenção da estrutura exigida, e por se tratar de um Programa de caráter temporário do Ministério da Saúde, não justifica a contratação efetiva da Equipe.